



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE JANEIRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Celmira Sacramento

Aérton do Rosário

Sebastião Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 35 minutos.

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, das propostas de lei n.^os 07 e 08/3.^a/X/2015 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para 2016, respectivamente.

Após apresentação das propostas pelo Sr. Primeiro-Ministro (Patrice Trovada) e da leitura do parecer da 3.^a Comissão, deu-se início ao debate,

em que intervieram, além do Sr. Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças (Américo Ramos), os Srs. Deputados Aurélio Martins (MLSTP/PSD), Vasco Guiva (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (UDD), Delfim Neves (PCD), Xavier Mendes (PCD), Danilson Cotú (PCD), Fernando Maquengo (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD) e Carlos Correia (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d' Oliveira
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma d' Assunção dos **Ramos**
Ângela José da Costa **Pinheiro**
Arlindo Quaresma dos Santos
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita
Esmaiel da **Glória** Espírito Santo
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa dos Ramos
Idalécio Augusto Quaresma
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim Salvador Afonso
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça **Narciso**
Mário Fernando Rainho
Martinho da Trindade **Domingos**
Nenésio Quaresma Afonso
Ossáquio Perpétua Riôa
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre Moreno Mendes
Wilder Monteiro dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
Ana Isabel Meira Rita
António das Neves Sacramento **Barros**
António Monteiro Fernandes
Arlindo Barbosa Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Dionísio Leopoldino **Fernandes**
Domingos Monteiro Fernandes
Fernando da Silva **Maquengo** Freitas
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Jaime Pires Sequeira **de Menezes**
Manuel Marçal Lima
Maria das Neves Batista de Sousa
Maria de Lourdes Martins do **Sacramento**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Delfim Santiago das Neves

Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina dos Prazeres
José Luís Xavier Mendes
Danielson Alcântara Fernandes Cotú
Jorge Dias Correia

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes Afonso

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não recebeu qualquer pedido de substituição de deputados, portanto, vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje, com um único ponto da ordem do dia «debate, na generalidade, das propostas de lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Foi definido em Conferência de Líderes 2 dias de debates, com 5 horas para cada dia. O debate será realizado com base no artigo 209.^º do nosso Regimento, «Debate na generalidade».

1. O debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado tem a duração mínima de dois dias e máxima de cinco, observando-se o disposto no artigo 158.^º

2. O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo.

3. Antes do encerramento do debate, cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as propostas de lei.

Como acima foi referido, no início da sessão não existe o período de antes da ordem do dia.

A votação das duas propostas de leis terá lugar após o encerramento do debate, ou seja, após as intervenções dos grupos parlamentares e do Governo. Serão votadas sucessivamente, na generalidade, as propostas de lei das GOP e do OGE, como consta no artigo 210.^º do Regimento da Assembleia Nacional.

Feitos esses esclarecimentos, convidaria Sua Excelência o Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, para ocuparem os seus respectivos lugares nesta augusta Assembleia, de forma a iniciarmos a sessão de análise e discussão das GOP e do OGE para ano económico de 2016.

Posto isto, agradeceria que o serviço protocolar convidasse o Governo a tomar parte na Sala.

Srs. Ministros, saúdo-vos, em meu nome próprio e em nome das Sras. e dos Srs. Deputados desta Casa Parlamentar.

Volto a frisar que estamos cá para fazer a análise, discussão e aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral de Estado para o ano económico de 2016.

Conforme reza o artigo 209.^º do Regimento da Assembleia Nacional, este debate inicia-se com uma intervenção de Sua Excelência o Primeiro-Ministro.

Posto isto, convido Sr. Primeiro-Ministro para fazer a apresentação desses dois documentos e aproveito para informá-lo que dispõe de 30 minutos para o efeito.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Patrice Emery Trovoada): — Sr. Presidente, Excelência, Sra. e os Srs. Ministros, Excelências, Sras. e os Srs. Deputados, Excelências, caros presentes.

Permitam-me, uma vez mais, renovar aqui os meus votos de um bom ano e sucessos pessoais, partilhados com todos aqueles que vos são queridos, mas sobretudo sucessos para o nosso povo, nesta longa e difícil caminhada.

Sras. e Srs. Deputados, apesar das evidentes aparências deste acto e da minha presença aqui, que decorre obviamente do aspecto rotineiro da apresentação anual, a esta augusta Assembleia, do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano. A apresentação e discussão desses dois instrumentos constitui sempre um momento particular e um acontecimento marcante da vida do nosso Estado e do nosso povo. Compreende-se facilmente que assim seja, quando vivemos num país onde tudo gira à volta do Estado e dos seus recursos e o Estado ainda conserva uma posição relevante na nossa economia. Na verdade, expondo à Nação, ao povo e aos agentes económicos de forma clara e precisa o estado das nossas finanças públicas e dando-lhes pertinentes indicações sobre as despesas a realizar ao longo do ano e como entende financiar-las, o Orçamento Geral do Estado traduz as políticas do Governo para o ano e os seus grandes objectivos.

A proposta do Orçamento Geral do Estado, que tenho o prazer de vos apresentar, foi elaborada à luz das lições tiradas das experiências vivenciadas do estado actual da nossa economia, com todos os seus constrangimentos sobejamente debatidos e conhecidos por todos, tendo como pano de fundo a crise global e o seu impacto sobre a nossa economia.

A conclusão da discussão, aqui nesta Assembleia, do Estado da Nação a menos de 48 horas autoriza a economia de detalhes fastidiosos que em outras circunstâncias seriam imprescindíveis para a introdução e compreensão dos documentos que serão objecto das discussões que terão seguidamente lugar.

O Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para o corrente ano de 2016 inserissem-se numa perspectiva mais ampla de médio e longo prazo que integra os objectivos de desenvolvimento

sustentável, horizonte 2030, adoptado pela Conferência das Nações Unidas; a Agenda de Transformação adoptada pelo Governo, bem como o seu Programa, aprovado há pouco menos de 1 ano por esta mesma Assembleia.

Assim, para o ano de 2016, as receitas correntes deverão aumentar para 15,1% do Produto Interno Bruto, isto é, 0,9 percentuais face a uma estimativa de execução de 2015, sendo esta uma condição ao nível do programa com o FMI, para que se atinja o objectivo do défice primário doméstico, numa tendência decrescente de 2% do PIB para o ano de 2016.

Neste sentido, o Orçamento Geral do Estado proposto pelo Governo para o exercício económico de 2016 está avaliado em 3 725 333 000 000 00 (três bilhões, setecentos e vinte e cinco mil milhões, trezentos e trinta e três milhões de dobras), representando um crescimento de 34% face à previsão de execução até Dezembro de 2015.

Na presente proposta, as despesas correntes foram fixadas em 1 402 082 000 000 00 (um bilhão, quatrocentos e dois mil milhões e oitenta e dois milhões de dobras), o programa de investimento a 2 142 150 000 000 00 (dois bilhões, cento e quarenta e dois mil milhões e cento e cinquenta milhões de dobras) e as despesas financeiras, amortização da dívida pública, no montante de 180 101 000 000 00 (cento e oitenta mil milhões cento e um milhões de dobras).

De forma a cumprir cabalmente as propostas constantes do Orçamento Geral do Estado para o corrente ano, prevê-se uma arrecadação de receitas correntes no valor de 1 276 225 000 000 00 (um bilhão, duzentos e setenta e seis mil milhões, duzentos e vinte e cinco milhões de dobras), de donativo no valor de 1 348 948 000 00 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito mil milhões, novecentos e quarenta e oito milhões) e de financiamento estimado em 1 100 160 000 00 (um bilhão, cem mil milhões, cento e sessenta milhões de dobras).

O aumento da massa salarial resultante da fixação do salário mínimo nacional, mormente da Função Pública, previsto no Orçamento Geral do Estado de 2016 poderá ser um impulso ao consumo privado e à geração de receitas. Os pressupostos na base desta conjuntura estão assentes no facto de estas serem as componentes das despesas com maior peso no PIB. Este facto poderá vir a ter o seu efeito multiplicador no crescimento do PIB, ainda mais reforçado, se tivermos em conta que o aumento do salário far-se-á num contexto em que a inflação se encontra numa tendência claramente decrescente, aumentando consequentemente o seu valor real e o poder de aquisição ou de compra dos trabalhadores.

A proposta do OGE para o ano de 2016 tem igualmente em linha de contas as metas previstas nas facilidades de crédito alargado, acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), nomeadamente o peso das receitas fiscais, em termos do PIB, que não deve ser inferior a 15%; o peso das despesas com o pessoal, em termos do PIB, que não deve ser superior a 8,7%, e o saldo primário em percentagem do PIB, que por sua vez não deve ser superior a 2%.

Por outro lado, a proposta do OGE para o ano 2016 baseou-se num pressuposto de um crescimento económico para o ano de 2016, estimado em 5% e uma inflação média de 4%.

O crescimento pretendido deverá ser inclusivo e será suportado essencialmente por projectos públicos de investimentos, naturalmente com efeito multiplicador na economia global do País.

Esta proposta do OGE continuará a dedicar grande fatia dos recursos disponíveis à melhoria e tornar mais eficientes os serviços públicos gerais, tendo sido alocados 33,4% do total do OGE para o corrente ano.

Pretende-se uma melhoria nítida na qualidade dos serviços e da sua eficiência e nos investimentos necessários para a redução dos custos e desperdícios na produção dos bens públicos e permitir também à nossa administração estar à altura dos desafios que impõe a agenda de transformação do País.

Importará aqui destacar também os esforços que deverão ser feitos na reforma de todo o sistema judicial, onde passos significativos já foram dados em 2015, com o início do processo de inspecção dos magistrados judiciais e do Ministério Público, bem como os demais funcionários judiciais e do Ministério Público, o que combinado com as outras acções previstas na reforma global do Sistema de Justiça contribuirão, a médio e longo prazo, para uma melhoria, não só do próprio sistema, como também melhorará definitivamente o ambiente de negócios, a coesão social, a paz, a concórdia e a tranquilidade social.

Naturalmente, a saúde de cada um de nós, individual e colectivamente, é um factor essencial para o crescimento económico do nosso país. Por conseguinte, o Governo decidiu, na sua proposta de orçamento para o ano corrente, dedicar 14,1% do total dos recursos a este sector.

A modernização das infra-estruturas sanitárias e os serviços hospitalares ao nível do Hospital Ayres de Menezes será uma prioridade do Governo consagrado no OGE para o ano de 2016.

O nosso propósito é criar as condições que assegurem uma maior diversidade e melhor qualidade de serviços básicos de saúde, quer na vertente preventiva quer na curativa.

Para as infra-estruturas de base necessárias para proporcionar o aumento da rentabilidade dos investimentos e para que a produtividade marginal dos capitais investidos garantam o devido retorno, cerca de 9,2% do total do OGE serão consagrados ao Sector de Transportes e Comunicações.

A agricultura continuará a ser a principal fonte de emprego de grande parte das famílias são-tomenses. É neste sentido que o Orçamento Geral do Estado para 2016 dedicará grande parte dos seus recursos para a criação de condições para a infra-estruturação e desenvolvimento rural; a construção de caminhos rurais e

outras infra-estruturas de apoio à segurança alimentar, bem como o apoio à cultura de exportação, favorecendo desta sorte a geração de riqueza, não só ao nível rural como também de toda a nossa economia.

Todos esses esforços permitirão, certamente, acelerar o crescimento e criar mais empregos duradouros.

A continuação da presença de electrificação em todo o País continua a ser uma das prioridades do Governo e disponibilidade de uma energia em quantidade e qualidade às nossas populações e aos agentes económicos que vai impor a afectação de 6,4% do total do OGE.

Tomando em consideração o montante das despesas correntes, dos investimentos públicos previstos e das despesas financeiras, estimadas na proposta do orçamento para o exercício de 2016, as despesas totais foram afixadas no montante de STD. 3 725 333 000 000 00 (três biliões, setecentos e vinte e cinco mil milhões, trezentos e trinta e três milhões), cerca de 48,1% do PIB estimado para este ano.

Na análise das despesas totais, de acordo com a classificação orgânica, verifica-se que a maior afectação de recursos foi canalizada para o Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, com 20,3%, devido aos projectos na área da energia, construção e reabilitações diversas, seguido do Ministério da Saúde, com 14,2%; Ministério da Educação, Cultura e Ciência com 12,4%; Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, com 6,6%, e do Ministério da Administração Interna, com 4,2%.

De acordo com a classificação funcional das despesas, verifica-se que a maior afectação dos recursos foi canalizada para a função «serviços públicos», com 33,5%, seguido da Saúde, dos Transportes e Comunicação e da Agricultura e Pesca. Desse valor, olhando para a classificação, segundo a localização geográfica dos gastos, verifica-se que 84,7% destinam-se ao financiamento das despesas de âmbito nacional, o que demonstra a transversalidade de afectação de recursos, prevista na presente proposta de OGE.

Sras. e Srs. Deputados, o que oferecemos nesta proposta do OGE é um conjunto de propostas concretas que servirão de base para acelerar o crescimento económico, financiadas particularmente por recursos não geradores de dívida pública e que permitem atrair outros financiamentos privados e que por sua vez deverão construir novas janelas de oportunidade de rendimento sustentáveis ao longo prazo, sobretudo para as classes mais desfavorecidas.

Olhando para a estrutura das despesas totais por fonte de recursos, verifica-se que em termos gerais 58,8% das despesas totais são financiadas com recursos internos e 41,2% com recursos externos. Dos recursos internos previstos, constata-se que 45,3% das despesas são financiadas com recursos próprios do Tesouro, 10,4% através dos recursos da privatização e 3,8% remanescente, através dos outros recursos, momente recursos do HIPIC e outros consignados.

O alto nível de financiamento interno, comparativamente com os anos anteriores, não decorre propriamente do aumento de arrecadação de receitas internas, mas sim, do maior nível de confiança dos parceiros internacionais, nomeadamente da União Europeia e Banco Mundial, fruto da avaliação positiva das reformas operadas nas nossas finanças públicas, através do apoio directo ao Orçamento.

Com respeito à inflação e a observância da tendência decrescente desse indicador macroeconómico nos últimos anos, com uma previsão não superior a 4% para 2015, prevê-se que a inflação alcance a cifra de 3,5% em 2016.

A tendência para a estabilização da inflação deve-se à relativa estabilidade dos preços dos principais produtos de importação, em particular os produtos petrolíferos e dos produtos produzidos localmente, assim como o impacto positivo da paridade cambial fixa da dobra face ao euro, em vigor desde o 1 de Janeiro de 2010, e a uma rigorosa política fiscal e monetária. Prolongando estas tendências de estabilidade do índice geral dos preços, espera-se, a médio prazo, poder-se atingir uma cifra em torno dos 3%.

No que respeita às reservas internacionais líquidas, os dados disponíveis indicam que o valor desse indicador em finais de 2015 situar-se-á em torno de 6 meses de importação, situação considerada confortável, uma vez que o valor crítico, de acordo com o padrão internacionalmente aceite, não pode se situar abaixo dos três meses de importação.

O Governo tem observado com bastante atenção o comportamento das receitas e das despesas públicas, incidindo fortemente com maior rigor e contenção da realização das despesas públicas e melhor acompanhamento na arrecadação das receitas, particularmente no que diz respeito ao pagamento dos impostos com vista a não colocar em risco o nível do défice primário doméstico previsto e acordado com os nossos parceiros internacionais.

Sras. e Srs. Deputados, o tempo urge e torna-se cada vez mais escasso. Por isso, julgo ter chegado o momento de passarmos ao debate dos documentos que foram submetidos a esta augusta Assembleia e que foram, como é prática, exaustivamente compulsados pelas competentes comissões especializadas, pelos diferentes grupos parlamentares e individualmente por cada uma das Sras. Deputadas e cada um dos Srs. Deputados.

Tudo não estará perfeito, as opções de política orçamentais não são certamente consensuais, e ainda bem que assim é, o que permite a formação de alternativas.

Por conseguinte, gostaria antecipadamente de agradecer a Vossas Excelências pelo interesse e dinamismo com os quais participarão neste debate, com vista à criação destes dois instrumentos

fundamentais para a nossa governação, sobretudo para a credibilidade interna e externa no nosso país, na perspectiva de mobilização de recursos externos, que jogam um papel determinante na nossa economia.

Estamos pois convencidos que com a execução do orçamento proposto lançamos as bases para um maior crescimento económico, aumento da resiliência macroeconómica, atracção de investimentos estrangeiros, sem os quais não se poderá criar riqueza, gerar novos postos de emprego e inverter a curva do desemprego, reduzir de forma sustentável os níveis de pobreza, que o nosso país conhece actualmente.

Por tudo, resta-me augurar uma discussão profunda, séria e comprometida dos dois documentos submetidos à vossa apreciação.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. Presidente: — Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, feita a apresentação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, convido o Sr. Presidente da 3.^a Comissão para proceder à apresentação do parecer técnico.

O Sr. Vasco Guiva (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, convido o Sr. Deputado Carlos Correia, relator do parecer das GOP e do OGE, a fazer a sua apresentação.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Passo a efectuar a leitura do parecer técnico da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

«Parecer relativo às propostas de lei que aprovam as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2016.

I. Introdução.

Por Despacho do Sr. Presidente interino da Assembleia Nacional, foram submetidas à 3.^a Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, as propostas de lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE), para o ano económico 2016.

A Comissão, reunida em sessões de trabalho na sala 207, onde contou com a presença dos Srs. Deputados Vasco Gonçalves Guiva, que a presidiu, Maria das Neves Batista de Sousa, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD; Adilson Cabral Managem, Carlos Manuel Cassandra Correia, José Carlos Cabral d'Alva, Ivo da Costa e Mário Fernando Rainho, do Grupo Parlamentar do ADI e Jorge Dias Correia, do Grupo Parlamentar do PCD, procedeu à apreciação dos referidos documentos, bem como dos respectivos articulados e mapas anexos, ainda assim, socorrendo para este efeito dos competentes pareceres emitidos pela 1.^a, 2.^a, 4.^a e 5.^a Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional, constatou o seguinte:

II. Aspecto legal.

1. As propostas apresentadas cumprem os requisitos legais em vigor, nomeadamente:

a) As propostas de lei das GOP e do OGE são apresentadas pelo Governo à luz do artigo 24.^º, da Lei n.^º 3/2007, alterada pela Lei n.^º 12/2009, Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE) e do artigo 205.^º do Regimento da Assembleia Nacional;

b) O disposto no artigo 25.^º da lei do SAFE, bem como o previsto no n.^º 4 do artigo 205 do Regimento da Assembleia Nacional, não foram cumpridos os prazos estabelecidos. No entanto, o Governo solicitou à Assembleia Nacional a prorrogação do prazo por motivos justificados.

III – Contextualização e enquadramento macroeconómico das propostas de lei.

Estes documentos foram apresentados num contexto em que ao nível mundial as tensões dos mercados internacionais vêm persistindo, sobretudo com valor do barril de petróleo em baixa.

A proposta das Grandes Opções do Plano acima citada dá-nos informações macroeconómicas que estão articuladas com o Orçamento Geral do Estado, o Programa do XVI Governo Constitucional e demais documentos de política económica e social do Estado, que tem como base a promoção do crescimento económico gerador de emprego, bem como a criação de riqueza e combate à pobreza.

A proposta de lei para as GOP e o OGE para 2016 assume como prioritária a resolução de três preocupações:

1. O desemprego que afecta uma larga camada da população.
2. O elevado custo de vida que atinge de forma acentuada as populações mais vulneráveis.
3. A desigualdade social que tende a aumentar.

O Governo, através desta proposta de lei faz menção, dá uma atenção especial às infra-estruturas económicas e sociais, bem como a estabilidade e a sustentabilidade do quadro macroeconómico, as reformas institucionais e, por último, a boa governação de forma a permitir um melhor crescimento da economia, desta feita, de âmbito mais saudável com acesso à melhoria dos serviços sociais de base.

No contexto internacional, o cenário do crescimento da economia revela um abrandamento para o ano corrente à volta de 3,1% face ao registado em 2014, onde a cifra rondava 3,4%, isto é, cerca de 0,3% em

baixa. Entretanto, as estimativas apontam para uma recuperação gradual a partir de 2016 em cerca de 3,6%, conforme o relatório do Fundo Monetário Internacional, citado pelo Governo.

A taxa de inflação para o ano corrente apresenta uma previsão negativa para o geral das economias avançadas, cifrando em menos 0,1%, e para 2016, cerca de menos 0,2%, contrariamente ao conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento, onde a taxa de inflação rondará de 0,2 % em 2015 e 0,3 % em 2016. A zona euro deverá registar uma taxa de inflação à volta de 0,1 % em 2015 e de 1,1 % em 2016. Esta previsão pouco animadora, ainda mais num contexto de graves tensões sociais, tais como: a crise de migrantes, o recrudescimento do terrorismo que tem afectado a Europa, em particular, e ao mundo, em geral, podendo-se concluir que o ano de 2016 será bastante difícil para o global das economias, com impactos preocupantes para os países em desenvolvimento, principalmente para aqueles cujas economias são mais vulneráveis.

No plano interno, o crescimento da economia para o ano 2015 rondará os 4 %, em termos reais, uma baixa de 0,5 %, ou seja, 5 pontos base em relação ao ano anterior, que era de 4,5 %. Para o ano 2016, o Governo prevê uma ligeira melhoria, com a cifra em 5 %. Este crescimento, segundo o Governo, dever-se-á a uma perspectiva mais optimista de entradas de recursos externos, como resultado dos compromissos assumidos pelos parceiros internacionais, auxiliado pelas medidas de política económica e financeira, no quadro do novo programa com o FMI para o triénio 2015-2018 e sobretudo a estabilidade política conferida nas eleições legislativas de Outubro de 2014.

A tendência decrescente da inflação acumulada tem provado que a política de ancoragem da dobra ao euro tem vindo a surtir efeitos positivos, basta verificar que a taxa deste indicador foi de 2,3 %, até Agosto de 2015, contra 3,7 % verificado no período homólogo.

A queda dos preços dos principais produtos importados, nomeadamente o petróleo e produtos alimentares estão também na base desta diminuição. O Governo prevê, desta forma, uma taxa de inflação acumulada à volta de 4,8 % até ao final de 2015, onde se pode conferir uma melhoria, em relação ao período homólogo, em que a taxa fixou-se em 6,4 %. Esta queda, de acordo com os dados governamentais, deverá conhecer melhorias, com a cifra de um dígito, a rondar os 3 %, até o final do ano 2015.

Constata-se que ao nível da balança comercial o Governo apresenta os dados provisórios disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que indicam o crescimento do défice da balança comercial em 1,6 %, de Janeiro a Junho do ano 2015. Este crescimento deveu-se à redução das exportações, em cerca de 19 % em relação ao período homólogo de 2014.

Concernente às importações, o ritmo de crescimento manteve-se em relação ao mesmo período do ano anterior e a expectativa é de um ligeiro aumento para o ano 2016, segundo os dados do Governo.

Constatou-se ainda que, apesar desta conjuntura desfavorável, as reservas internacionais líquidas do País situam-se em patamares confortáveis, atingindo o saldo final, no mês de Setembro do corrente ano, em cerca de 6 meses de importações. Para o ano de 2016 prevê-se um nível idêntico.

Capítulo 4, propostas de lei das Grandes Opções do Plano.

Ajustadas com as prioridades do Programa do Governo, as medidas de políticas programadas para o ano de 2016 visam promover a estabilidade macroeconómica, o crescimento económico, bem-estar social, gerar emprego, criar riqueza e combater a pobreza.

Neste sentido, as Grandes Opções de Plano para 2016 orientam-se pela agenda de transformação do País, assente numa visão estratégica de desenvolvimento 2030, à luz dos 17 objectivos de desenvolvimento sustentável, recentemente aprovado pela Conferência das Nações Unidas, em Nova Iorque, em que a sua concretização assenta-se sobretudo nos seguintes desafios:

1. Alargamento da base produtiva da economia;
2. Melhoria da Administração Pública sãotomense, como forma de promoção de um bom ambiente de negócio;
3. Melhoria das infra-estruturas de suporte ao crescimento da economia;
4. Reforma da Justiça, de forma a torná-la mais célere e transparente.

Assim sendo, ao vencer estes desafios, o País estará em condições de iniciar um processo de transformação que lhe permitirá, entre outros aspectos: reduzir a pobreza; promover o emprego dos jovens; reforçar o sistema sanitário; reforçar a gestão pública e administração; combater a corrupção, promover a transparência e a responsabilização, relativamente à prestação de contas na Administração Pública; reforçar a segurança interna, segurança pública e a segurança costeira; reforçar e simplificar a legislação e melhorar o ambiente de negócio; implementar o programa de infra-estrutura de apoio ao crescimento; e garantir a protecção de ambiente e controlo dos operadores.

Concomitantemente com as referidas opções e considerando o actual contexto de crise, que se prolonga há já alguns anos, as Opções de Política de Investimento Público do Governo para o ano 2016, centrará nos domínios em que o País reclama maior urgência de intervenção, com vista a criar maiores e melhores oportunidades de emprego e rendimento para as famílias, bem como a melhoria no acesso aos serviços sociais de base.

Capítulo 5, propostas de lei do Orçamento Geral do Estado.

A proposta de lei do OGE para o ano económico de 2016 apresenta a seguinte distribuição sectorial de recursos destinados ao investimento público: Saúde 16,9%; Serviços Públicos Gerais, 16,2%; Transporte e

Comunicação, 15,5 %; Agricultura e Pescas, 12,7%; Combustíveis e Energia, 11,2%; Educação, 8,2%; Habitação e Serviços Comunitários, 4,5%; e outros, 14,8%.

Ao nível da classificação orgânica, este orçamento atribui a maior fatia de recurso ao MIRNA (Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente), com 20,3%, devido aos projectos na área de energia, construção e reabilitação. O Ministério da Saúde com 14,2%; Ministério da Educação, Cultura e Ciência, com cerca de 12,4 %; o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com uma percentagem de 6,6 % e, por fim, o Ministério da Administração Interna, com cerca de 4,2%.

Para o ano económico de 2016, a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado apresentada pelo Governo prevê uma arrecadação de receita total na ordem de 3 725 333 000 000 00 (três bilhões, setecentos e vinte cinco mil milhões, trezentos e trinta e três milhões de dobras), contra os 3 084 502 000 000 00 (três bilhões, oitenta e quatro mil milhões, quinhentos e dois milhões de dobras), registados em 2015, o que em termos globais representa um aumento de 640 831 000 000 00 seiscentos e quarenta mil milhões, oitocentos e trinta e um milhões de dobras, traduzindo-se, em termos percentuais, num acréscimo de 17,2%.

A despesa total foi fixada em 3 725 333 000 000 00 (três bilhões, setecentos e vinte e cinco mil milhões, trezentos e trinta e três milhões de dobras), contra uma previsão de 2015 na ordem de 3 084 502 000 000 00 (três bilhões, oitenta e quatro mil milhões, quinhentos e dois milhões de dobras), representando cerca de 48,1% do PIB, estimado para o ano 2016, e uma variação homóloga positiva de 39% face ao que se previa executar até Dezembro de 2015.

Relativamente ao programa de investimento público (PIP), está previsto um total de despesas em cerca de 2 142 150 000 000 00 (dois bilhões, cento e quarenta e dois mil milhões, cento e cinquenta milhões de dobras, o que corresponde a 60,4% do total das despesas, representando cerca de 27,7% do PIB nominal estimado para o ano de 2016. É de realçar a situação de alto nível de dependência do País face à ajuda externa.

Destaca-se, segundo o Governo, que pela primeira vez foi estabelecido a nível nacional o salário mínimo. Prevê-se, para o efeito, um crescimento nominal da massa salarial em 7,2%, representando cerca de 8,7% do PIB, correspondendo assim a 48,2% das despesas correntes e aproximadamente 53% das receitas correntes estimadas para 2016.

Capítulo 6, principais constatações feitas pela 1.^a, 2.^a, 4.^a e 5.^a Comissões Especializadas Permanentes.

Em termos genéricos, constatou-se que existe uma correlação entre o estabelecido no Programa do Governo e as medidas elencadas nas propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado.

Registou-se com agrado que, na proposta de lei do OGE para 2016, nos sectores das Relações Exteriores, Comunidades, Defesa e Mar, está reflectida a previsão de recursos com vista à efectiva implementação das correspondentes medidas e políticas constantes nas GOP.

Face aos novos desafios que a globalização impõe às pequenas nações, constatou-se, de igual modo, a preocupação do Governo em dotar o Sector da Defesa e do Mar de maior dinâmica administrativa e institucional, com vista a minimizar o impacto negativo desses desafios.

Capítulo 7, recomendações.

Face ao exposto e tendo em conta a importância destes dois instrumentos jurídicos para a melhoria do bem-estar da Nação, a 3.^a Comissão Especialidade Permanente recomenda a sua discussão e votação na generalidade pelo Plenário.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

Feito em São Tomé, 23 de Dezembro de 2015.

O Presidente, Vasco Gonçalves Guiva.

O Relator, Carlos Manuel Cassandra Correia.»

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Fazemos um apelo para que aquando das intervenções nos lembremos que estamos em sede de apreciação e aprovação dos dois documentos, na generalidade, e as intervenções devem versar sobre os princípios e os sistemas de cada lei. Apenas isso. Pedimos encarecidamente para evitarmos a tendência de entrar na especialidade, nesta fase dos debates.

Srs. Deputados, agradecia que consultassem já o artigo 108.º, porque se alguém, por ventura, desviar vou ter de usar este mecanismo para repor as coisas no seu devido lugar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Martins.

O Sr. Aurélio Martins (MLSTP/PSD): — Sua Excelência o Presidente da Assembleia, Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, caras e caros Deputados, bom dia.

Depois de termos sido impedidos, de forma pouco ética, de falar aquando do debate sobre o Estado da Nação, feito pelo Sr. Primeiro-Ministro, eis que nos reunimos hoje nesta Casa Parlamentar, para procedermos à análise, discussão e aprovação das GOP e do OGE para o ano económico de 2016.

O discurso com que nos acaba de brindar o Sr. Primeiro-Ministro sobre a apresentação destes dois instrumentos fundamentais de gestão do Estado democrático não difere em nada do apresentado há 2 dias sobre o Estado da Nação.

Tratou-se de um discurso contemplativo de um rosário de boas intenções, mas que continua a ser muito pouco consistente, para cumprir o seu desejo confesso de transformar São Tomé e Príncipe em Dubai, na sub-região, assente na mudança e adopção de um novo paradigma, capaz de dar sinais evidentes de dotar o País de uma macro visão estratégica verdadeiramente coerente e sustentada na Agenda de Transformação, horizonte 2030.

Consciente, por um lado, de que estes dois documentos são apresentados num contexto bastante complexo e desfavorável a nível da economia mundial e com reflexos deveras negativos para economias como a nossa;

Reconhecendo, igualmente, que segundo os dados disponíveis, o cenário do crescimento da economia internacional aponta no sentido de um abrandamento na ordem de 3,1% para o ano de 2015, contra os 3,4% registados em 2014, ou seja, uma redução na ordem de 0,3 pontos percentuais.

Pese embora as estimativas constantes no relatório do FMI, citado pelo Governo apontem para uma recuperação gradual a partir de 2016, em cerca de 3,6%, não pode justificar o optimismo e consequentemente a ligeireza com que o Governo sustenta as suas metas.

Acresce-se a este facto a previsão negativa, em 2015, da taxa de inflação para as economias avançadas no seu conjunto, cifrando em menos 0,1%, e em cerca de menos 0,2% em 2016, contrariamente ao conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento, onde a taxa de inflação rondará de 0,2% em 2015 e 0,3% em 2016.

Sr. Primeiro-Ministro, tendo presente o quadro macroeconómico ora descrito e atendo-nos ao projectado no documento objecto da nossa apreciação, o Dubai não se constrói com as GOP descontextualizadas das grandes linhas de rumo insitas na Agenda de Desenvolvimento 2030, mais concretamente para o triénio 2016/2019 e muito menos com um OGE tão pouco consistente e sustentado como este que nos é apresentado para o corrente ano de 2016. Senão vejamos: como é que o Sr. Primeiro-Ministro, depois de caracterizar o contexto e o quadro macroeconómico desfavorável e persistente, em que se vive a nível mundial, com grandes tensões nos mercados internacionais, ditadas sobretudo pela significativa variação em baixa do valor do barril do petróleo, possa justificar que o magro crescimento projectado de 5% contra os 4% do ano transacto consiga alavancar a nossa economia, proporcionar a criação de emprego, combater a pobreza, etc., nos termos em que nos é proposto?

Não é possível fazer-se um alinhamento objectivo entre as GOP e o OGE, tanto o realizado em exercício de 2015, como relativamente à proposta destes documentos para o exercício económico de 2016, porque existe um grande desfasamento entre o que se propõe nas GOP e na sua articulação com OGE.

A descrição feita sobre a realização de 2015 é, no mínimo, anémica. Se no ano de 2015, por ter sido o primeiro exercício do Governo, convivemos com a situação, para 2016 exigimos que se alinhe estes dois instrumentos fundamentais de afectação do erário público.

Nós, o MLSTP/PSD, conhecendo como conhecemos a nossa economia, os atrasos que se registam na entrada de recursos, gostaríamo de saber como é que o Governo sustentou a execução do OGE 2015 em torno de 87%, tendo o orçamento sido aprovado em finais de Maio?

Temos muita dificuldade em fazer a análise à execução do OGE 2015, porque os dados não são consistentes, mesmo os da execução de OGE 2014. Não se entende como é que, estando a debater o OGE 2016, temos ainda dados provisórios de 2014.

Queremos alertar o Governo para a necessidade de os números serem registados com isenção, rigor e transparência. O que se verifica com as receitas de privatização é um bom exemplo disto mesmo.

O Sr. Primeiro-Ministro garantiu a todos os sãotomenses que 98% do Orçamento para o ano de 2015 já tinha o financiamento garantido e que só estava à busca dos restantes 2%. O facto de só se limitar a inaugurar lavandarias, chafarizes e postes de energia testemunham que o Governo não tinha afinal os 98% do Orçamento garantido.

Uma outra questão que nos preocupa sobremaneira, porque coarcta a lisura na tramitação dos negócios públicos e elimina a transparência, prende-se com o facto de o seu Governo adjudicar muitas obras sem concurso público.

Este assunto é tanto mais preocupante quando Vossa Excelência referiu que o Orçamento para 2016 prevê cerca de 100 milhões de dólares como despesas para o investimento. Ora, tendo o seu Governo feito a actualização dos montantes destinados à licitação pública, na ordem dos 300%, isto quer dizer que grande parte de investimentos que este Governo pretende levar a cabo não será alvo de concurso público, ou seja, o Governo pretende violar todas as formalidades legais de licitação pública prevista na Lei 8/2009 (Lei de Licitação e Contratação Pública).

As estimativas do Governo para a arrecadação de receitas, quer internas quer externas, parecem ser muito optimista, face ao actual contexto da economia, nacional e internacional. Se não, vejamos: a execução das receitas, em 2015, ficou abaixo do esperado, fundamentalmente devido à diminuição de importações de bens de investimento e de consumo. Que elementos vão permitir a mudança já, em 2016, desta situação desfavorável, verificada em muitas realidades próximas à nossa?

Os chamados grandes contribuintes do Tesouro Público, regra geral, enfrentam problemas financeiros por falta de actividade económica, que naturalmente influenciam os seus respectivos resultados. Como pretende o Governo reverter a situação, para que se possa dinamizar os actuais níveis de cobrança em sede de impostos? Os chamados impostos atrasados não existirão *ad eterno*.

Os donativos, como sabemos cada vez menos disponíveis, em 2015, registaram 908 mil milhões de dobras, fortemente influenciado pela componente projecto que, como sabemos, provenientes de engajamentos assumidos perante o governo anterior. O que motivará o aumento dessa verba para 1 400 mil milhões? Que garantias de entrada de recursos existem? Por que razão não se tem devidamente desdobrada, à semelhança de 2015, a fatia que vem do Banco Mundial e a outra que vem da União Europeia?

Um orçamento, depois de aprovado pela Assembleia, é uma Lei que obriga todos os organismos públicos, independentemente de ser da administração central, regional ou local. Assim sendo, como se explica que no OGE 2015 foi aprovada uma receita de alienação de activos de 1 749 milhões de dobras, que acabou por desaparecer. Não aparece na programação nem na execução. O que se passou com essa rubrica? Como se explica essa violação da Lei do Orçamento? Como se explica que para o OGE 2016 volta-se a falar na alienação de activos, com uma verba de 388 465 milhões? Quais activos o Governo pretende vender? Qual é a afectação que se pretende fazer da verba decorrente dessa venda?

No debate sobre o Estado da Nação, o Governo referiu-se ao pagamento de dívidas atrasadas. Trata-se de um exercício natural que deve ser realizado por qualquer governo, aliás, tem sido prática na nossa democracia. Trata-se de um sinal de continuidade do Estado. Sim, porque quase todas as obras inauguradas pelo actual Governo foram projectadas e implementadas pelos governos anteriores, sobretudo o anterior.

Importa que se saiba o tipo de dívidas que foram pagas, se dizem respeito ao normal funcionamento do sector público administrativo. Com efeito, solicitamos que nos sejam remetidos os quadros actualizados da dívida pública, interna como externa.

Infelizmente, o quadro anexo ao OGE 2016 tem dados de Junho 2015 e não nos permite verificar com propriedade o tratamento dado a essa matéria, por parte do actual Governo.

No número 4 do artigo 4.º do projecto de lei, é dito «execução das despesas de investimento por parte da Região Autónoma do Príncipe, finanças locais, fundos e organismos autónomos». Será que apenas estes organismos devem cumprir a lei? Quantos concursos públicos foram lançados em 2015? Como foram publicitados esses concursos?

Creamos que o Governo sabe que a Lei 8/2009 constitui a pedra basilar para a promoção do rigor e da transparência nos processos de «compra e venda» por parte dos organismos públicos.

O número 8 do artigo 16.º do projecto de lei descreve que «o Governo poderá suspender ou condicionar a execução das despesas orçamentais da administração central, dos serviços e fundos autónomos, se a situação financeira do País o justificar.» Como se justifica apresentar essa possibilidade de suspensão da execução de despesas orçamentadas, quando o próprio Governo afirma que os recursos estão garantidos? Como se explica que, havendo incerteza na entrada de verbas para o OGE, o Governo vem submeter à Assembleia um aumento do tecto orçamental, passando de 125 milhões de euros para 152 milhões de euros? Afinal de contas, o Governo tem ou não garantia para as verbas que está a propor no OGE 2016?

Onde fica a proposta defendida pelo Ministro das Finanças e da Administração Pública sobre a preparação de orçamento realista, feita na apresentação do Monitoramento do Orçamento, organizado pela FONG?

Ao deitarmos um olhar crítico sobre o OGE 2016, além de tudo quanto foi dito anteriormente, uma questão de fundo se nos coloca. Como é que um projecto que emprega de forma directa e indirecta cerca de 15 mil pessoas, ao ter que ser financiado pelo Governo, a fonte de financiamento escolhida seja uma grande incógnita? Referimo-nos ao GIME que, segundo os dados de que dispomos, tem-se registado atrasos significativos no pagamento do salário das pessoas. O atraso já tem causado muitos problemas aos trabalhadores, às suas famílias e, claro está, compromete o pão de muita gente que diariamente, quer faça sol quer faça chuva, labuta muitas vezes sem ter feito uma refeição matinal. Queremos que o Governo nos diga como pretende resolver essa situação. Queremos uma resposta agora, para tranquilizar todos os interessados, porque o MLSTP/PSD preocupa-se com as pessoas.

Murmúrios do ADI.

Eis, em grandes linhas, as nossas preocupações de âmbito geral.
Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Murmúrios do ADI.

Srs. Deputados, vamos ter outro comportamento, vamos tratar de questões importantes do País. Quem tem que responder é o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já não tem direito à palavra, já ultrapassou o seu tempo.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, pediu que os Deputados pautassem por linguagens correctas e prometeu tomar medidas, caso se verificasse incumprimento dessas mesmas regras de conduta.

As conversas que saíram dali são insultuosas.

Murmúrios do ADI.

Uma Voz: — Casa de Portalegre é insulto?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sou um deputado da oposição e quero que haja deputados com boa mentalidade e que dêem alternativas ao Governo sobre o que podemos fazer para colmatar a situação do País. Não queremos deputados a insultar uns aos outros.

Quero falar da agricultura, da qual vive toda gente em São Tomé e Príncipe.

Quero dizer ao Governo e aos Srs. Deputados que hoje quem sabe mais não sabe nada, quem não sabe é que sabe.

Antigamente, quando eu tinha os meus 14, 15 anos, chovia muito em São Tomé. Em todo espaço do País havia rega e nas partes que acumulavam água havia drenagem, porque a acumulação de água mata as plantas.

Hoje em dia não estamos bem.

Risos gerais.

Estão a rir? A coisa não está bem.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, desculpe, não quero interrompê-lo, mas o cerne do debate é o OGE e o senhor está a intervir em áreas que não têm nada a ver com o OGE.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sim, sim. Srs. Deputados, há 6 meses a agricultura entrou numa grave crise e estamos ainda na crise, não está a chover e temos que procurar solução para esta situação.

Se não houver agricultura, não haverá educação, não haverá saúde, não haverá nada. Quero pedir ao Governo que faça uma boa política para a agricultura. Toda a pessoa que está a participar na agricultura deve contribuir para agricultura. Temos um documento provisório que faz com que muita gente não invista na agricultura. Não estou a dizer ao Governo para transformar esse documento em definitivo, mas podemos fazer uma lei, dizendo às pessoas que estão na agricultura a investir com os seus meios, seu esforço, para o fazerem, mas no dia em que o Governo pretender retomar o espaço, terá que pagar, de acordo com o trabalho que estiver lá.

Porque não posso ver um país em que o pequeno agricultor vai ao campo trabalhar 45 minutos ou 1 hora. Isso não dá rentabilidade ao País. Conheço o que é desenvolvimento e o que é trabalho. Estamos a trocar o trabalho com a política.

Na agricultura, o Governo pode dar-me uma terra hoje, mas se eu não tiver condições para investir, essa terra não produzirá. Não é um machim e uma enxada que o Governo está a dar que vai aumentar a produção. Aumentar a produção e produtividade tem que ter investimento, renovação de cacaueiros, plantação de todas as qualidades de árvores de sombra, tanto árvores de fruto como árvores que poderão servir para material de construção. Penso que isso é que é rentabilidade.

É preciso dar atenção aos trabalhadores, aos médios empresários, jovens empreendedores, empresários, sociedade civil, pequenos agricultores. Vamos fazer uma política correcta, para toda gente trabalhar.

Sr. Primeiro-Ministro, quantos técnicos que o Ministério da agricultura tem? Vejo muito fracasso. É preciso que os técnicos do Ministério da Agricultura acompanhem o trabalho dos pequenos agricultores. O vencimento que ganham não incentiva, estão à sua sorte.

O Ministério da Agricultura é um dos ministérios mais carenciados. O Sr. Ministro da agricultura tem feito, dentro da sua possibilidade. Ele quer fazer mais, mas terá que ter apoio.

Espero que o Governo dê melhor atenção à agricultura, pesca e pecuária.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, caras e caros Deputados, bom dia.

Sinceramente, é um bocado difícil fazer um trabalho sério neste clima, porque o ambiente político está muito crispado ainda.

Fazendo um alinhamento daquilo que foi o discurso do Sr. Primeiro-Ministro, na terça-feira, e o que foi também a sua apresentação de hoje, duas questões podem ser retiradas.

A primeira é a mudança de discurso de forma positiva, discurso de alguém que deixou de ver para as árvores e para a floresta e assim terá uma maior amplitude daquilo que é o País real. Isto agrada a todos, mas tem que ser coerente e consequente. O chefe dita e os seus seguidores têm que acompanhar. De outra maneira, jamais sairemos do fosso em que nos encontramos. É necessário encontrar um clima de coesão, de paz, para alavancarmos este país.

Ao iniciar o seu discurso, o Sr. Primeiro-Ministro disse que, na apresentação que fez aquando do debate sobre o Estado da Nação, esvaziava efectivamente o discurso aqui incendiário. Naturalmente, se entendi bem. É por isso que havíamos dito que este debate é extemporâneo, porque esvazia efectivamente o conteúdo do debate do OGE, mas ele foi importante porque o Governo traz um discurso de Estado, um discurso que admiramos, porque o Governo tinha um discurso oposto àquilo que é o poder: o discurso do facilitismo. O Governo deve dizer que é possível, aliás, nada é impossível. É possível, mas é difícil. É preciso ter a coragem de dizer isso.

Agradou-nos ouvir na sua alocução algumas questões que é difícil de dizer publicamente, mas teve a coragem de dizer, porque o País, efectivamente, tem dificuldades. É preciso reconhecer isso e, estando reconhecido, é preciso que também as pessoas que apoiam o Governo tenham toda a liberdade de opinar e de fazer murmúrios, isso na política é salutar, mas com muito respeito e dignidade.

Isso fez-nos pensar, se efectivamente o seu discurso é consequente e coerente, então, se calhar, temos que pensar numa comissão de verdade e reconciliação, porque assim cada um assumirá as suas responsabilidades e deixará de haver murmúrios. Aqueles que são mais culpados, às vezes, das dificuldades do País aparecem como salvadores, como defensores, porque ainda não foi apontado o dedo, está escondido. Não tenho receio de falar, porque não tenho o «rabo na estrada». Não tenho! O rabo que me colaram é falso.

Risos.

E os senhores sabem muito bem disso!

A nossa dificuldade de entender este Orçamento é a comparação que se faz do orçamento anterior. Apenas isso.

A votação e abstenção na política é uma má opção. Quando se critica, vota-se contra, quando não se critica, vota-se a favor, mas a abstenção é uma opção de benefício de dúvida, para não bloquear. E nessa perspectiva, no Orçamento anterior, votámos e fizemos essa opção, porque tínhamos algumas dúvidas, e essas dúvidas foram recorrentes daquilo que perguntámos aqui e da resposta que o Sr. Primeiro-Ministro nos deu.

Quando fazemos o alinhamento do orçamento de 2015 e de 2016, efectivamente, no Programa do Investimento Público, vê-se que pouco ou nada foi feito. Para quem tinha a garantia de 98% de verbas já destinadas ao investimento público, devia fazer um pouco mais. E eu digo isso até para salvaguardar a posição de alguns Ministros. Quem já esteve nessas lides sabe o que é estar no gabinete, com projectos, acções concretas e verbas orçamentadas e não poder fazer, porque não há dinheiro. Se efectivamente há dinheiro, a pergunta que se faz é «porquê não se executou?» É incapacidade de execução ou incompetência dos titulares das pastas e dos seus colaboradores?

Se formos ver aquilo que está no TOF previsto em 2015, nível de execução, a comparar com o Orçamento, há um desequilíbrio negativo. Estive a analisar apenas a instituições ligadas à Justiça, Defesa, Administração Interna, Ministério dos Negócios Estrangeiros, fui ver só a área institucional, e a média ronda 30% de execução. E esses 30% têm a ver com o Ministério da Administração Interna, que quase atingiu os 50%. E não estamos a falar de acções e obras recorrentes, que normalmente vêm em todos os orçamentos, apoio institucional, formação de quadros, não é nada disso. Estamos a falar de acções concretas que, quando se faz num ano, já não se repete. A nossa dúvida era esta. De saber que com essas dificuldades todas se conseguiu mobilizar fundos capazes de implementar mesmo 98% daquilo que estava inscrito.

O que podemos retirar deste Orçamento e se fizermos um alinhamento com o seu discurso, é dizer-lhe ainda bem que está a ver, sim, para a floresta e não para as árvores.

O discurso que fez aqui que devia merecer aplausos, não teve. Sabe porquê? Porque as pessoas já estão habituadas com discursos incendiários. Aí sim, o discurso corajoso, das pessoas muito corajosas, que disse aqui neste púlpito, não teve aplausos da própria bancada que o sustenta. O problema que se põe é que estamos habituados a esse tipo de coisas. As verdades amargam, as mentiras, sim senhor, viva! Isso tem criado um clima de crispação até nas famílias, nos ambientes, nas amizades. Não se consegue ir para

uma festa hoje e ficar à vontade. Não se consegue! Não estou a dizer isso por mim, é por quase toda gente que cá está, pela própria sociedade.

Cultivamos isso e gostamos. Quando há um discurso para apazigar, não gostamos. Tem que ser para matar. E assim é bom, esses murmurários, essas perguntas, só para instigar, para ver se a pessoa entra nesse caminho de discussão desnecessário.

Estou a ler um livro que fala das «virtudes do saber» e a meio do livro fala de malabarismos do saber. Fala de quase todo o tipo de formações, técnicas, etc. É um jovem alemão chamado *Jennifer Stander*. Dentre todos os outros tipos de formação, ele diz: «as virtudes do saber passam para o malabarismo». Ele fala do Direito, curso importante, uma forma de aldrabar as pessoas legalmente....

Risos.

...porque refugia na questão de interpretação das normas e aquele que consegue convencer o decisor ganha, e nem sempre é o melhor.

Na Economia, ele diz que tem quatro caminhos para se chegar ao mesmo destino. Nunca se entendem e, conclusão, nunca dá certo, porque todos querem caminhos diferentes para chegar ao mesmo destino. E na gestão, curiosamente, só há dois caminhos, ou é bom gestor ou é mau gestor. Não existe meio-termo. E o bom gestor tem que ter a coragem de tomar decisões, que são difíceis. Tem que dizer isso e ser consequente com as suas palavras.

Por isso eu dizia que é difícil fazer intervenções nesse clima, porque ainda existe um pensar completamente diferente, é que as pessoas, sinceramente, têm muita dificuldade em entender o que é estar no poder, o que é estar na oposição.

Portanto, ficamos por aqui e gostaríamos que nos explicasse de forma clara o que é que falhou. Se foi um lapso de língua, que é normal, ou se existe dinheiro e há incapacidade de execução, ou estamos perante uma situação de que quem deu a garantia não cumpriu. Tem que ter a coragem de o dizer.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, mais intervenções.

Até agora a Mesa registou três intervenções. Eu agradecia que houvesse mais, para permitir ao Governo poder juntar as questões e responder de uma só vez.

Parece que não há mais perguntas.

Posto isto, convido o Sr. Primeiro-Ministro a responder às preocupações já aqui levantadas.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, primeiro para dizer aos Srs. Deputados que as contas do Estado, os índices, a preparação dos orçamentos, as previsões da execução orçamental, todos esses dados são construídos e validados também pelas sucessivas missões do Banco Mundial e do FMI, que vão monitorizando as finanças públicas de São Tomé e Príncipe.

Eu acredito que pode haver alguma necessidade às vezes de discutir os critérios, pormenorizar algumas questões, esclarecer outras, mas não existem dados falsos.

Esses dados se não fossem validados, não teríamos programas assinados com FMI, não teríamos ajuda orçamental do Banco Mundial, do FMI e da União Europeia.

Concordo com o Sr. Deputado Delfim Neves, é preciso discutir coisas sérias. Se de facto quisermos entrar em discussões sérias, acho que toda gente pode perfeitamente sair esclarecido sobre qual é a realidade e qual é a verdade dos números. Isso é possível no trabalho da Comissão, em que o Ministro das Finanças pode ser chamado, antes da discussão do OGE, e poderá ser ainda possível discutir-se, em sede das comissões especializadas, para a discussão na especialidade. Mas é preciso que as pessoas se predisponham a discutir o País de uma maneira séria.

Em relação ao crescimento de 4 ou 5%, o crescimento da África, nos últimos anos, tem sido de 4, 5%. O crescimento europeu tem estagnado, dificilmente chega a 1%, alguns estão em recessão. Quanto ao crescimento dos países emergentes, a economia brasileira era a sexta economia mundial há poucos anos, mas o Brasil está em recessão, a inflação está a disparar. Daí que é preciso sabermos aquilo que estamos a falar. A nossa economia, há vários anos, está entre 4 e 5%. Ora, se a economia europeia estivesse a 4%, eles estariam muito longe. Teriam resolvido os seus problemas, nomeadamente o desemprego. Ora, as economias como as nossas, entre 4 e 5%, não conseguem de facto inverter a curva do desemprego. Daí que é preciso comparar aquilo que é comparável.

Temos dados que podem, sim senhor, ser discutidos. A questão da mobilização da execução do programa do investimento público, 77%, é realmente uma execução que não é deseável. Gostaríamos de ter mais execução, mas depende também da própria qualidade da execução. Se for comprar bens e serviços, é rápido. Se for projectos, torna-se mais lento e mais complicado, porque toda gente sabe qual é a dificuldade que se tem de preparar os projectos e, muitas vezes, lidar com os organismos internacionais com quem lidamos, por uma questão de capacidade. Daí que eu tenha dito que, muitas vezes, naquilo que é a mobilização, os organismos que consideramos certos, em termos de montantes, são aqueles que sabemos que quando dizem sim senhor, o dinheiro existe. Agora, o desembolso desse dinheiro é uma outra coisa. Daí que tenhamos que dizer sim, dos habituais, Taiwan, BAD, Banco Mundial, etc., é dinheiro certo.

Os habituais têm as suas regras de libertação do dinheiro e, muitas vezes, o que está certo, está certo, mas quando se chega ao fim do ano, não se libertou aquilo que está certo. Temos organismos que às vezes pedem correspondências em francês ou inglês e a administração manda a correspondência em português. Vai vem, vai vem e estamos a perder tempo. Para um Orçamento aprovado em metade do ano, se conseguirmos chegar a 77%, não é mau. É mesmo bom resultado.

Aplausos do ADI.

Temos que perceber realmente as nossas deficiências e resolver os problemas das deficiências, quer falando com os organismos internacionais, quer reforçando também a nossa capacidade. Daí que, se olharmos nos últimos anos, o dinheiro certo, vou tomar o caso Taiwan, quase todos os anos, não conseguimos gastar 100% dos 15 milhões de Taiwan. Se olhar o caso ainda deste ano, em que a execução com Taiwan está um pouco acima de 80%, mas está aqui o dinheiro disponível. Se olharmos para traz, vários e vários anos, não conseguimos nunca gastar 100% dos 15 milhões de Taiwan, o que leva perfeitamente a colocarmos os problemas de reformas, e para toda gente, porque são para melhorar a execução global das finanças públicas em São Tomé e Príncipe.

Quero dizer que com os parceiros não tradicionais, conseguimos até por vezes, e foi o caso deste ano, melhor resultados do que com os parceiros tradicionais.

É preciso também termos a consciência de que com os parceiros bilaterais, às vezes, conseguimos melhor execução entre aquilo que está garantido e aquilo que está libertado, do que com os parceiros tradicionais multilaterais, que muitas vezes têm maior capacidade financeira, mas cujos mecanismos de libertação de fundos não são apreendidos da melhor maneira para a nossa administração. Ora, aquilo que chamamos atenção é que a situação dos parceiros bilaterais, nomeadamente aqueles produtores do petróleo, é uma situação hoje extremamente complicada, daí que o País tem a necessidade de continuar a apostar nos parceiros multilaterais, mas temos que melhorar a nossa capacidade de relacionamento e de absorção do dinheiro multilateral, porque senão a situação estará muito mais complicada. A partir de agora, é muito mais estável o dinheiro multilateral, mas é muito mais complicado mobilizarmos.

Este ano, o financiamento do PIB, e eu disse isso na minha intervenção, vai beneficiar de uma nova metodologia, a própria União Europeia, no quadro do FED, coloca dinheiro à disposição do Orçamento. Já não coloca nos projectos, mas isso é o resultado de melhoria da gestão de finanças públicas, que é positivo, e neste caso, digo a verdade, não se melhora as finanças públicas em 1 ano. Melhora-se em vários anos, mas isso também leva a dizer que os dados são dados validados por toda gente. Não é dado construído por este governo. Os dados são de todos governos. Então, estamos numa situação hoje em que de facto São Tomé e Príncipe tem recursos próprios superiores de dá-nos uma possibilidade, se formos capazes, de executar esses recursos mais facilmente devido a um certo alívio de alguns procedimentos.

Agora, como eu digo, é preciso que se discuta coisas com coisas. A situação, por exemplo, do tecto para concursos públicos. O tecto anterior, 2009, era de 300 milhões. Passamos para 1 bilião, mas toda gente sabe que de 2009 até 2016, é normal que haja um ajustamento em termos de licitação. E toda gente sabe perfeitamente que com tudo que acabei de citar, se for para fazer uma obra de 300 milhões hoje, vamos pela mesma lentidão de procedimentos. Então, a execução ainda vai baixar. Daí que uma decisão que foi tomada em 2009, se ajustamos para 1 bilião em 2016, acho que faz sentido. Não é má vontade de executar sem concurso público. E há várias situações deste tipo. Que muitas vezes as pessoas queixam-se de lentidão, mas não pode haver decisão, porque o tecto é muito baixo.

Quero dizer que de facto a vontade do Governo é de trabalhar. Evidentemente, temos a nossa visão, a nossa opção, temos o nosso Programa, mas porque é que iríamos poupar o contributo positivo dos outros? Não faz sentido. Porque que é que iríamos poupar uma discussão séria, objectiva, se o entendimento que temos da situação de São Tomé e Príncipe é o entendimento de todos? Isso ajudaria de facto a mobilização de todos. Que todos possam perceber que não há nada sem trabalho e sem sacrifícios e que possam perceber que a situação do País é uma situação extremamente frágil. Então, de facto estamos disponíveis para uma discussão séria. Estamos disponíveis para discutir números, estamos disponíveis para confrontar números.

Quero dizer e toda gente sabe que a administração fundamentalmente não mudou. Por isso, se do ponto de vista político temos algumas dúvidas, discutimos.

A administração é a mesma, o Instituto de Estatística é o mesmo, a Missão do FMI é a mesma e a Missão do Banco Mundial é a mesma.

Então, pode haver dúvidas, esclarecimentos são necessários, mas a objectividade é fundamental. Aí quero agradecer a intervenção do Deputado do PCD e acho que é disto que precisamos aqui, quer o Governo quer a Assembleia e sobretudo o povo que nos escuta lá fora.

No que diz respeito à intervenção do Deputado do UDD, simplesmente quero dizer que há 10% para o investimento da agricultura. É verdade que ouvi outros números no relatório da comissão, mas estou a falar do número do Governo, 10% para o investimento ao nível da agricultura. Quero dizer-lhe que no Orçamento temos 10% no investimento público e destes 10% estão lá, há uma preocupação sobre as represas e irrigação, relativamente à questão da água. Estão lá 10%, é verdade, no total das despesas, 6,5%, mas o

investimento é 10%, o que faz com que o Sector da Agricultura venha na terceira posição, depois das Infraestruturas e da Saúde.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, estamos a continuar o debate.
Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia. Venho só para conformar algumas informações já aqui prestadas por Sua Excelência o Primeiro-Ministro.

Primeiro, em relação ao valor de adjudicação que foi actualizado. Portanto, como o Sr. Primeiro-Ministro, o valor foi fixado no âmbito da Lei de licitação de 2009 e esse valor era para bens e serviços, concursos de pequena dimensão, no montante de 500 milhões de dobras. Portanto, como sabemos, o nosso mercado é ligado a uma determinada taxa de câmbio. A taxa de câmbio do dólar na altura não é a mesma de hoje; o ambiente de mercado não é o mesmo. Então, as pessoas que passaram por lá sabem que esses valores tornaram-se totalmente desactualizados em termos de concurso de pequena dimensão. Então, o que se fez é, ao nível de aquisição de serviços, actualizamos de 500 a 1,5 bilião e, em relação a obras, saímos de 1 bilião para 3 biliões. É uma actualização que advém do próprio processo. O valor foi fixado em dobras, em 2009 e havia toda a necessidade de ser actualizado.

A segunda questão é em relação ao GIME, não corresponde à verdade. Saímos de uma contribuição do Estado de 72 000 euros para 743 000 euros, em 2015. Portanto, vejam só a diferença.

Houve uma questão aqui que o Sr. Primeiro-Ministro já respondeu, portanto, não há dados falsos. Pode haver certas discrepâncias nas informações no Orçamento actual, porque o Orçamento foi preparado desde Agosto, com estimativas de execução a partir de Setembro, e a situação actual, infelizmente não tive a possibilidade de ir à 3.ª Comissão fazer a apresentação do Orçamento, quando não poderia dizer os dados mais actuais em relação à execução. Portanto, os dados que estão no Orçamento podem ter alguma diferença em relação àquilo que foi anunciado no discurso do Sr. Primeiro-Ministro, porque há essa situação, os dados foram feitos em Setembro, estamos hoje em Janeiro e já temos os dados provisórios de Dezembro. Por isso, pode haver essa pequena discrepância.

Eu quero reforçar mais uma vez que não há falsificação dos dados. Os dados saem todos dos sistemas, aliás, o Orçamento é feito num sistema, por isso esses dados podem ser disponibilizados e discutidos a qualquer momento.

O Sr. Deputado Aurélio Martins falou da existência de algumas informações que não consegui captar, acho que depois poderei discutir na especialidade essas informações e prestá-las de acordo com aquilo que temos no nosso programa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. Danilson Cotú (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sra. Ministra da Saúde, neste caso tem-se que diferenciar.

Tenho pouco tempo, daí que tenho que correr um bocado, porque os pobres não se dão a muitos luxos.

É que percebemos que se fala do aumento da massa salarial. Isto para nós é importante, mas levantamos algumas preocupações. A primeira dela é que o Governo propõe, da leitura que fizemos, um aumento da massa salarial na ordem de 7,7 %, o que vai corresponder a 8,7% do PIB. Porém, se compararmos com a de 2015, regista-se uma queda de 2%. A preocupação é a seguinte: quais são as despesas que serão cortadas? Ou, o Governo prevê despedimento na função pública? A segunda pergunta, vimos que o Governo conjuntamente na questão do aumento da massa salarial, prevê estabilizar ou criar um mecanismo que ajusta automaticamente os preços dos combustíveis. Esse mecanismo, segundo o texto do Governo, irá permitir baixar os preços praticados actualmente. O que gostaríamos de saber, entendemos que o Governo promete ainda baixar neste ano o combustível no mercado, para quando se conhecerá essa baixa dos preços? Já que grande parte da nossa energia é térmica, gostaríamos de saber se essa baixa de preço pode reflectir também na baixa do custo de energia. Se sim, em qual percentagem.

O outro aspecto importante, percebemos que o Governo pretende aumentar a rubrica do investimento, financiado com recursos internos, de 0,9%, realizada em 2015, para 7,9% em 2016. Nessa cifra, o Governo espera que 63,9% venham a ser financiados com recursos de alienação de acções em empresas com participação do Estado. O que é que gostaríamos de saber? Quais são essas empresas que se pretende alienar parte das acções? Se essas acções a serem alienadas serão totais ou parte? Por último, quais são as garantias que os trabalhadores terão, no caso da presença de um novo proprietário ou accionista maioritário.

O Sr. Presidente: — Gostaria de convidar o Sr. Primeiro-Ministro ou aquele que indicar para responder às perguntas já aqui colocadas, pelo Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública: — Portanto, vou responder à questão do Sr. Deputado Danilson Cotú, a primeira questão sobre a massa salarial. Há uma diminuição sim em relação ao produto interno bruto, porque a economia cresceu. Isso está no Programa do Governo assinado com o Fundo Monetário Internacional. Como sabe, até há bem pouco tempo o nível da massa salarial sob o produto interno bruto, até 2014, era insustentável. Por isso, no quadro do programa assinado com o Fundo Monetário Internacional, o Governo prometeu diminuir gradualmente essa percentagem em relação ao PIB, com o crescimento da economia, mas conseguindo essa diminuição, em relação ao produto interno bruto, e melhorar em termos reais o salário na Administração Pública. Portanto, é isso que vamos fazer. O aumento da massa salarial em 7,2% traduziu-se numa fixação de salário mínimo que subirá em 12,8 % e as outras estruturas salariais conterão aumentos um pouco abaixo.

A segunda questão, em relação ao diferencial do preço, em momento nenhum está escrito que há baixa do preço do combustível, mas sim há diminuição do diferencial do preço em dívida, que ronda quase 40 milhões de dólares, valor acumulado de vários anos. E a política que o Governo decidiu adoptar é utilizar a compensação da baixa do preço de combustível no mercado internacional para pagar a dívida que tem com a empresa, porque a empresa quase que está insustentável com esse nível de dívida acumulada, devido a não actualização do preço.

A terceira questão, sobre a alienação dos activos, está sim no Orçamento. Como sabe, o Governo detém algumas participações nas empresas. Neste momento, estamos num processo de consulta ao mercado para alienação desses bens. Acho que não seria produtivo para a própria concorrência enumerarmos quais são os activos que vamos alienar e estaremos disponíveis para prestar essa informação à Assembleia quando concluirmos essas negociações.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, se existem mais questões, é a altura própria de poderem ser levantadas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. Fernando Maquengo (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, caros Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, eu trago cá uma preocupação que já tinha sido aflorada pelo Sr. Deputado Aurélio Martins, que tem a ver com a questão do GIME. Sabemos que o GIME abrange cerca de 3 000 famílias santomenses e tem um grande impacto também na condição das vias de acesso, sobretudo no mundo rural.

Reconhecemos que há uma certa dificuldade em financiar ou continuar a financiar essas actividades, mas parece-me que a continuidade desse projecto vai estar indexada a receitas provenientes dos fundos sociais das empresas petrolíferas. Ou seja, quando se firmam contratos petrolíferos, existem projectos sociais e parece-me que indexou-se a continuidade do GIME aos tais financiamentos dos projectos sociais. Ora, sabemos que muitas vezes o desbloqueio desses valores das empresas petrolíferas não é constante, daí que será muito difícil contar com esses fundos para alimentar um projecto de tal dimensão.

A segunda questão, o Sr. Primeiro-Ministro, o XVI Governo, eu tenho por entendido, definiu como uma das suas políticas, já no orçamento anterior, afirmação da autoridade do Estado. Como é que se explica que a esta data os serviços de Inspecção das Finanças não esteja adoptada ainda de uma estrutura credível, ou seja, de um director devidamente munido para efectivamente fazer a fiscalização das finanças do Estado.

Outra pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, foi muito propalado o facto de a ENAPORT ter adquirido um rebocador que, segundo informações, tem cerca de 45 anos de existência e que teria custado aos cofres do Estado cerca de 400 000 euros. Informações que temos, se forem falsas diga-nos, custou 400 000 euros, porque o rebocador em si custou cerca de 300 000 e cerca de 12 técnicos da ENAPORT que se deslocaram para ir buscar o rebocador, com um período de mais ou menos 1 ou 2 semanas e acabaram por ficar lá cerca de 90 dias. No fundo, o erário público foi cerca de 400 000 euros. Agora, vimos que esse rebocador tem problemas graves. Como é que fica esse rigor pela autoridade do Estado, a melhor utilização do erário público?

Sr. Primeiro-Ministro, é salutar que haja criação de condições saudáveis para aqueles que desempenham funções relevantes na Administração Pública. Ouvimos dizer que houve aquisição do edifício Benfica, num valor bastante avultado para o cofre público, para o Supremo Tribunal de Justiça. Gostaríamos que o Sr. Primeiro-Ministro, a quem cabe responder isso, ou Sr. Ministro das Finanças, viesse cá nos dizer que procedimentos permitiram essa transacção, se foi por via do concurso público, tendo em conta o respeito pelas leis. Quem era o proprietário desse edifício? Porque o povo precisa saber.

Daí que para nós é importante...

Uma voz: — Oh!

O Sr. Fernando Maquengo (MLSTP/PSD): — O é uma letra. Cá não estamos a falar de letras, estamos a falar de coisa séria.

Sr. Primeiro-Ministro, uma última questão, tinha falado cá de inspecções gerais das Finanças e eu gostaria, porque o Orçamento apenas faz referência a uma verba de 50 milhões para capacitar agentes das

actividades económicas. Acho que é um sector muito importante, porque tem a ver com a inspecção de tudo quanto, Deus sabe lá como dependemos, infelizmente, para nos alimentar, de produtos que vêm do exterior. Agora, um sector como esse só dispõe dessa verba para capacitar os seus agentes. Gostaríamos de obter esclarecimentos sobre a situação, se efectivamente queremos autoridade de Estado, tenhamos esse sector melhor estruturado e com gente mais capacitada, para efectivamente inspecionar e observar tudo quanto vai ao nosso ventre.

O Sr. Presidente: — Pela intervenção anterior, fiquei com a mera impressão de que se está a deslizar para o debate na especialidade. Algumas questões que foram colocadas, sectorialmente, têm a ver mais com a especialidade.

Uma voz: — Por mim.

O Sr. Presidente: — Não é consigo, estou a falar do anterior deputado. Daí que gostaria realmente de apelar que evitemos esse tipo de tentativa de deslizar para temas que estão reservados para o debate na especialidade. Aí sectorialmente pode-se colocar as perguntas. Por hora, é de forma genérica.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, mas antes disso quero informar sobre o tempo que resta.

O Sr. Danilson Cotú (PCD): — Não é preciso tempo. É informação.

O Sr. Presidente: — Eu sei, mas o tempo geral. Quero informar para todos saberem.

O Governo ainda dispõe de 1 hora, 30 minutos e 20 segundos; o Grupo Parlamentar do ADI tem 1 hora e 52 minutos; o MLSTP/PSD tem 32 minutos e 9 segundos; o PCD tem 15 segundos e o Deputado do UDD já ultrapassou 54 segundos, já não tem tempo.

O Sr. Danilson Cotú (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, no OGE, no primeiro parágrafo da página 18, está devidamente inscrito o seguinte: «outra das políticas orçamentais de relevo prevista é a introdução dos mecanismos de ajuste automático de preços dos combustíveis. Esta é uma medida que se revela de carácter oportunista, atendendo que o preço de petróleo no mercado internacional, e consequentemente o preço CIF, esteja abaixo dos preços de recuperação do custo da ENCO e dos retalhistas. Por conseguinte, a introdução de mecanismo de ajuste automático de preços iria permitir o estabelecimento de um preço nas bombas abaixo do preço administrativamente fixado e actualmente praticado, criando assim um excedente do consumidor.»

Sr. Ministro, na base disso, eu gostaria que tivessem em conta a minha pergunta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública: — Sr. Presidente, vou começar pela última. Volto a dizer que aquilo que está no Orçamento, a explicação, é o mecanismo. Enquanto perdurar a dívida do diferencial, não podemos fazer essa actualização, sob pena de não pagarmos a dívida atrasada. Isso está escrito, e o senhor só leu o parágrafo primeiro. Ok. Portanto, é isso.

A questão sobre o GIME, acho que foi sobejamente explicada. Em 2015, o Governo pagou ao GIME cerca 750 000 euros, contra os 70 000 pagos em 2014. Portanto, não sei que tipo de explicação podemos dar mais à volta disso.

Houve uma explicação sobre o Inspector-geral. A Inspecção Geral das Finanças tem, neste momento, sobre a sua tutela, alguém de experiência reconhecida, com vários anos de experiência e que conduziu e concluiu mais de 10 auditorias às empresas públicas, aos serviços públicos autónomos, que estão neste momento na Procuradoria. É alguém que já trabalhou nessa matéria, conhece e tem dado provas de que é um bom inspector. Ele neste momento é Inspector-geral Adjunto, que está a acumular a função de um inspector-geral, sendo lugar de confiança do Governo.

Aplausos do ADI.

Em relação à capacitação dos quadros, pode aparecer no Orçamento valores pequenos, mas há projectos que têm inscrito verbas e estes projectos estão inscritos no orçamento, que servem para capacitação dos quadros ao nível da administração toda. Temos o caso do PAGEF que é transversal. E a Inspecção da Actividade Económica, a Inspecção-geral das Finanças, o Sector de Infra-estruturas, o Sector da Defesa, desde que seja no âmbito de administração e gestão financeira, estão enquadrados neste projecto.

Aplausos do ADI.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Ministro.

Sras. e Srs. Deputados, quero informar que, não havendo mais preocupações ou perguntas a colocar, vou considerar que já chegamos ao término do debate.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, caros Deputados, parece que o Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública não respondeu a duas questões que eu fiz, nomeadamente a questão acerca da aquisição da casa Benfica, para albergar o Supremo Tribunal de Justiça. Portanto, os procedimentos, concursos, como é que foi. E a questão do rebocador da ENAPORT. Essas duas questões não foram respondidas.

O Sr. **Presidente**:— Eu volto a repetir e já frisei isto aqui, que estamos na sede de debate na generalidade, que versa sobre os princípios e não tem nada a ver com temas da especialidade. Portanto, este tema que está a apontar, volto a frisar que o Sr. Deputado terá a oportunidade de colocar aquando da discussão na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, as minhas desculpas, porque o tempo não permite cortesias.

Sr. Primeiro-Ministro, para este debate sobre o OGE e as GOP para 2016, a minha contribuição vai no sentido de que não vejo medidas orçamentais para fazer face à difícil situação que já é conhecida, sobre ligação, quer marítima quer aérea para a Região Autónoma do Príncipe, e tomo como exemplo as notícias que passaram na televisão que, como já disse aqui, tenho dificuldade em reconhecer o nome, que já não é TVS, porque já não se consegue compreender como é que o presidente da segunda maior força política fala e não passa. Espero que hoje o povo tenha a oportunidade de ouvir aquilo que o Presidente do MLSTP/PSD falou aqui. Os Deputados do ADI ainda não tomaram a palavra, mas quando tomarem de certeza que vão encorajar o Governo e dizer que está no bom caminho. Só não comprehendo como é que o Governo que está no bom caminho tem medo de deixar a oposição falar. Tem medo de deixar a oposição mostrar ao povo os caminhos menos bons que o Governo possa estar a percorrer.

Sr. Primeiro-Ministro, no telejornal de ontem e no programa «Príncipe Convida», passou uma publicidade do navio que acabou de chegar, navio Anfitrite, que de facto reúne todas as condições de conforto e segurança para fazer a ligação marítima. Neste momento, posso assegurar que existem seis navios, no Porto, prontos a carregar para o Príncipe, mas mesmo assim não está garantida a ligação marítima. Porquê? Porque dos seis, uns por questão de idade, estão sempre com febre ou com dor de cabeça, outros por questão de rentabilidade, não conseguem carregar em tempo e as vezes são obrigados a fazer outras costas e o Príncipe fica prejudicado. Neste sentido, tenho um exemplo de um comportamento incorrecto da direcção central da EMAE, e que daqui critico o Sr. Director-geral da EMAE, porque é muito fácil alguém que vive em São Tomé tomar a decisão de simplesmente cortar o aumento de combustível para o Príncipe, mesmo tendo em conta que o consumo lá aumentou. Simplesmente a direcção central da EMAE decidiu que são enviados 85 000 litros e ponto final. O que é que acontece? A população tem estado constantemente às escuras. Ontem, a EMAE foi obrigada a emprestar combustível à empresa Mota-Engil, para o povo não ficar na escuridão. Ontem, chegou um navio com 10 000 litros de combustível que, pela informação que tenho, são para 3 dias. O que é que acontece? No Príncipe, quem não assiste ao telejornal não consegue assistir notícias da meia-noite. A situação é tão aflitiva que até parece que os operadores ficam ao pé do gerador vendo o relógio. Bateu a meia-noite, cortou. Falámos disto no debate sobre o Estado da Nação e espero que o Sr. Primeiro-Ministro já tenha uma resposta para mim, em relação a essa questão.

Uma outra questão rapidamente, ainda falando da ligação, também há uma outra notícia que passou na televisão, mas esta não vou comentar, porque a forma como passou, um grupo dizia que a situação foi difícil e outro dizia que não houve nada, assim não vou comentar. Apenas baseando nessa situação, gostaria de solicitar ao Governo até quando o Estado sãotomense, neste caso o Governo, que é o representante do Estado com missão executiva, vai continuar a depender da boa vontade de um empresário para continuar a fazer a ligação para o Príncipe. Quando esse empresário decidir retirar o seu aparelho, como é que vai ser? O empresário pode hoje dizer «não, o avião não voa mais», e ponto final. Por isso, gostaria de ouvir qual é alternativa que o Governo tem, caso isso venha a acontecer. Isso é muito grave! Há pouco tempo, por questões técnicas, o avião deixou de operar. Imaginem-se nesse período houvesse um caso de emergência, uma parturiente, sobretudo porque não temos condições, no Príncipe, para atender a um caso de uma mulher que não consegue parir a tempo ou que pare e que a placenta não sai! Imaginem-se neste período de tempo houvesse um caso desse, como é que seria? Uma vez ouvi o Sr. Primeiro-Ministro a reclamar que uma senhora partiu a costela e veio de barco. Naquele período também a ligação estava cortada. Portanto, é necessário termos muita atenção com isso.

Sr. Primeiro-Ministro, quero uma explicação, porque dando aqui uma vista de olhos nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Geral do Estado, vejo aqui que o Governo anuncia o crescimento da economia em 4%, em 2015, em termos reais, e também reconhece uma queda de meio ponto percentual em relação ao ano 2014. No entanto, projecta um crescimento de 5% para o ano 2016. A pergunta é: como é que o Governo pretende sustentar esse crescimento de 5%? Se um pouco mais acima o próprio Governo reconhece que «...2016 será difícil e complicado para todas as economias com um impacto desastroso para os países desenvolvidos, particularmente aqueles cuja economia é mais vulnerável como é o caso do nosso país.»

Por último, Sr. Ministro das Finanças, houve um deputado que falou aqui da questão sobre a aplicação do mecanismo de ajuste automático de preços de combustíveis e solicitou ao Governo se isto iria provocar a baixa do preço, e o Sr. Ministro disse que não. Mas isso é contrário ao que está cá escrito na página 18 do Orçamento, porque o que está aqui é: «Por conseguinte, a introdução do mecanismo de ajuste automático de preços irá permitir o estabelecimento de um preço nas bombas abaixo do preço administrativo fixado actualmente. Como é que o Sr. Ministro explica isso?

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia, para uma intervenção.

O Sr. Carlos Correia (ADI):— Antes de mais, perante este exercício de extrema importância para o País que é a discussão do OGE, aquilo que sustenta as execuções do País, gostaria de chamar atenção às caras e aos caros Deputados, de forma que contivéssemos as nossas linguagens, uma vez que no Partido ADI ou de um outro qualquer em que provavelmente eu estivesse, entendo que não se gerem por ditar, mas sim pelas estratégias, pelos planos e essencialmente pelo seu líder. E nós, o Partido ADI, felizmente, temos uma e única liderança e, por aquilo que entendemos e pela experiência própria daquilo que é o grupo, entende-se que a liderança dentro de um seio não pode ser duas ou três. Uma e única, independentemente de todos termos uma palavra a dizer, em situações de dar a sua opinião.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, isso faz parte do Orçamento?

O Sr. Carlos Correia (ADI):— É só uma introdução de acordo com aquilo que foi dito aqui. Daí que peço aos Srs. Deputados para que nos respeitemos como colegas.

Ouvi aqui várias explanações e quero frisar a que questionou o Governo como é que um governo com um orçamento aprovado ao meio do ano consegue uma execução de 80%. Queria responder aos Srs. Deputados.

Murmúrios gerais do MLSTP/PSD e do PCD.

Uma voz do MLSTP/PSD:— Quem é você?

O Sr. Carlos Correia (ADI):— É só para reforçar aos Srs. Deputados, porque julgo que estão distraídos, porque este Governo, com somente 6 meses de execução, chegou a 80%, porque é um governo com uma velocidade super sónica e isto merece um aplauso.

Aplausos do ADI.

O Sr. Carlos Correia (ADI):— De facto é de estranhar como é que se consegue isso. Mais foi possível e o povo lá nas suas comunidades puderam entender e ver a olho nu que de facto fez-se alguma coisa.

Ouvi aqui também discursos que considero, de uma forma ou outra, que são discursos hipócritas. Um indivíduo ou um Sr. Deputado que venha aqui dizer que nós, a Bancada do ADI, não aplaudimos o Governo, quando devíamos aplaudir, e depois diz que o Governo saiu-se bem, não entendo porquê que esse Deputado não aplaudiu uma coisa boa. Porquê não? Gostaria de dizer aos Srs. Deputados que se não aplaudimos aqui é porque já havíamos aplaudido em sede própria. Daí que de facto os Srs. Deputados deviam tomar a consciência e aplaudir este Governo.

Ouvi também aqui com muita atenção uma preocupação de um dos Srs. Deputados que acho que tem lógica, porque temos que estar todos preocupados e pedir ao Governo para melhorar o Sector de Agricultura. Queria só chamar atenção às Sras. e Srs. Deputados que o Governo está atento a essas preocupações, mas é bom que se diga e é bom que os Srs. Deputados entendam que o desenvolvimento não se dá numa linha recta. O desenvolvimento dá-se numa linha espiral. Daí que não entendo porque é que os Srs. Deputados querem cobrar a este Governo de 1 ano tudo aquilo que s devíamos ter feito anteriormente.

Este Governo, no nosso entender, está no bom caminho, sim senhor, e dará sempre atenção a todo processo da agricultura.

Foi aqui dito também que o Governo está a inaugurar obras que já foram lançadas. De facto, os Srs. Deputados têm razão...

Aplausos do MLSTP/PSD.

...Deus é tão bom que este mesmo governo, em 2010, programou e projectou obras com algum gabarito, obras sérias, caiu, mas ainda voltou e volta a inaugurar e lançar os seus projectos que havia lançado. E é por isso que não são projectos doutros governos.

Aplausos do ADI.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):— Sr. Presidente, Sra. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, estamos a fazer um grande exercício político, a discussão de dois documentos fundamentais e importantes para vida da Nação são-tomense, no ano 2016, num contexto internacional de incertezas. No entanto, o Governo apresenta-nos uma visão de confiança e esperança de que é possível ultrapassarmos as adversidades.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado de 2016 estão em coerência e gostaria de felicitar a 3.^a Comissão Especializada da Assembleia Nacional, pelo seu parecer, e ironicamente o Presidente desta Comissão é o nosso companheiro Deputado Vasco Guiva, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Vem no parecer que existe coerência nos documentos e, por essa razão, gostaria de dizer que, ao contrário daquilo que é o entendimento dos outros, o nosso entendimento é que existe uma grande coerência entre as Grandes Opções de Plano e o Orçamento Geral do Estado são-tomense. Estes dois documentos, como já foi dito, são redundantes, mas digo como realce, promoverá o crescimento económico. O Grupo Parlamentar do ADI, ao defender o Governo, se inscreve numa lógica de coerência. Existe em São Tomé e Príncipe alguns arautos da verdade e há uma tendência de que os outros não sabem nada e, por isso, gostaria de dizer que se chegou a hora de falarmos do País real, tendo em conta aquilo que foi o debate sobre o Estado da Nação, que todos conhecemos, felicitamos o Governo, sobretudo pela forma como tem apresentado este Orçamento. Portanto, o Grupo Parlamentar do ADI, como sempre, estará ao lado do Governo, pelos princípios que defendemos, por esta visão que o Governo apresenta e que o povo de São Tomé e Príncipe espera do horizonte 2030.

Não queria alongar-me mais, mas que fique aqui registado que de facto existe uma coerência entre as Grandes Opções de Plano e o Orçamento Geral do Estado.

Aplausos do ADI.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente José Diogo.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Ministro da Economia e Cooperação Internacional.

O Sr. Ministro da Economia e Cooperação Internacional (Agostinho Fernandes):— Sr. Presidente, venho aqui no sentido de esclarecer uma preocupação que foi levantada pelo Deputado Fernando Maquengo, relativamente à questão de aquisição do rebocador, pela ENAPORT. O primeiro esclarecimento que gostaria de fazer, acredito que o Sr. Deputado Fernando Maquengo não ignora esse facto, é que a ENAPORT é uma empresa pública com autonomia administrativa e financeira e que determinadas despesas feitas por ela, acima de um determinado montante, carecem sim de um parecer da Direcção do Tesouro. O rebocador custou à ENAPORT 300 000 euros e recebeu um parecer favorável da Direcção de Tesouro. Os demais custos adicionais a que fez referência têm a ver com o facto de os marinheiros que foram enviados para trazerem o rebocador terem tido a obrigação de ficar mais tempo em Portugal, porque não estavam devidamente habilitados para fazer o transporte do rebocador a partir de Portugal, tendo em conta as normas que são impostas para o efeito. Daí que esses marinheiros foram submetidos a uma formação que permitiu, também pela primeira vez, capacitar técnicos nacionais para fazerem transportes transnacionais de embarcações.

É preciso para que as pessoas possam perceber e para que não se esteja a fazer política por política, que a ENAPORT, antes de adquirir este rebocador, pagava mensalmente de aluguer 40 000 euros. 40 000 euros, em cerca de 2 anos, dá-nos cerca de 960 000 euros de aluguer do rebocador de terceiro. Portanto, fazer opção pela aquisição de um rebocador próprio por 300 000 euros parece-me ser uma melhor opção de gestão, por um lado.

Aplausos do ADI.

E por outro lado, com o pagamento de 40 000 euros a um rebocador de terceiro, a ENAPORT só conseguia transportar diariamente cerca de 30 contentores, com o apoio de um outro rebocador da

ENAPORT. Com aquisição desse rebocador, a ENAPORT consegue diariamente transportar até 120 contentores.

Aplausos do ADI.

Parece aqui também que é uma melhor opção de gestão.

Como dizia aqui um deputado, contrariamente àquilo que é válido para os juristas, para os gestores só há dois caminhos. Ou é bom gestor, ou é mau gestor.

Aplausos do ADI.

Permita-me acrescentar só mais um facto. Não sendo do meu tempo, não sei quanto é que custou o barco Príncipe, mas parece que custou cerca de 2 milhões e tal de euros. Não tem 40 anos, mas está paralizado na ENAPORT.

Também não sendo do meu tempo e não sei exactamente quanto é que custou a embarcação que se comprou para a Guarda Costeira, mas parece que custou acima de 2 milhões de dólares. Sendo uma embarcação com menos de 40 anos, parece que já está a meter água.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD):— Sr. Primeiro-Ministro, o que pude entender do facto de não responder às questões que levantei é que, se calhar, deve estar a considerá-las questões para a especialidade, mas quero recordar-lhe que pelo menos a questão do plano que o Governo tem caso o empresário retire o seu avião não é para a especialidade. Tenho a certeza de que, neste momento, porque as pessoas do Príncipe sofrem muito mais com a falta de ligação do que as pessoas aqui em São Tomé, devem estar atentas para ouvir a sua explicação. Por outro lado, depois de eu falar aqui da questão de combustível, que foram 10 000 litros, um Deputado do ADI chamou-me e disse que não foram 10 000, mas sim 12 000 litros. Dá tudo no mesmo, porque 10 ou 12 não tem nenhuma diferença. É bom que fique claro que, pelas informações que tenho dos técnicos, 10 000 litros de gasóleo para o Príncipe garante 3 dias de energia. Sr. Primeiro-Ministro, essa é uma situação grave. Porquê? Porque há uma injustiça e o Governo central tem que repor a justiça. Aprovámos aqui um Programa do Governo que fala de justiça social, mas o que está a acontecer com Príncipe é uma injustiça. Já disse aqui e repito, a taxa de energia, por quilovolt, é igual para quem vive no Príncipe e quem vive em São Tomé, no entanto, quem vive em São Tomé tem energia 24 sobre 24 horas e quem vive no Príncipe tem energia 12, 15 horas.

Uma voz: — Caué também não tem.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD):— Bom, se Caué não tem, o Deputado de Caué vem reclamar, estou a reclamar do Príncipe.

Risos gerais.

Já critiquei e volto a criticar o director da EMAE, porque é muito fácil para uma pessoa que vive em São Tomé decidir: «estão estabelecidos 85 000 litros de combustível, acabou, acabou e não mando mais», porque não vive lá e tem a sua energia aqui, quando o outro está lá a sofrer. O Governo é que tem que colaborar nesse sentido. O Sr. Primeiro-Ministro tem que repor a justiça. No Príncipe, é necessário mandar fazer um estudo, para se saber actualmente quantos mil litros de combustível é que o Príncipe precisa para garantir X horas de energia. Isto tem que ser feito. Agora, como o Sr. Primeiro-Ministro aqui referiu outro dia, se há dúvidas de que o combustível que vai é usado no gerador, então, cria-se uma equipa de fiscalização. A população é que não pode sofrer por causa de uma ou de outra situação.

Sr. Primeiro-Ministro, falei da questão da ligação marítima também, peço-lhe que leve isso a sério, porque daqui há uns dias o senhor é que vai ser incomodado, porque o Príncipe não tem gasóleo, porque o Príncipe não tem bens, porque o assunto é muito sério. São seis barcos que estão prontos para carregar para o Príncipe, mas a qualquer momento podemos não ter nenhum, por esses dois motivos que expliquei: uns por questão de tempo, estão um dia com febre, outro dia com dor de cabeça, e outros por uma questão de rentabilidade, não conseguem carga para sair, mudam de rumo e vão para outra costa.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para dar resposta às questões que foram aqui colocadas.

O Sr. Primeiro-Ministro (Patrice Trovoada):— Sr. Deputado, eu entendo perfeitamente a aflição das populações da Região Autónoma do Príncipe, mas como o Sr. Deputado disse também são questões que podem ser vistas na especialidade, mas devido à urgência da situação, volto a dizer que, em relação ao

combustível, a EMAE manda 90 000 litros. Os dados, que tínhamos, eram que 90 000 litros deviam chegar para um mês. Actualmente, os 90 000 litros não conseguem abastecer a Região Autónoma do Príncipe 24 horas um mês. Temos uma outra situação, é preciso dizer também que as cobranças são muito difíceis ao nível do Príncipe. Também temos que reconhecer isso. A tarifa é uma coisa, pagar a tarifa é outra. Por isso, com o governo regional e a EMAE, estamos de facto a trabalhar com alguma urgência e ontem ainda estive a ver o assunto, para ver se resolvemos a situação. Mandou-se 12 000 litros. 10 ou 12,5 litros e 500 não chegam, porque sabemos que o custo unitário de cada litro é muito caro e temos que resolver o problema. Mas estamos a trabalhar nisso. Neste quadro do debate do OGE na generalidade, não posso entrar em mais pormenor, mas estamos a trabalhar nisso com a devida urgência. Posso garantir, e as populações estão a ouvir, que estamos a trabalhar com a máxima urgência.

Em relação ao sector aéreo, temos consciência da situação e, sem também entrar muito em detalhe, pedimos um estudo do mapeamento das ligações regionais devido a existência hoje de uma pista no Príncipe que pode receber aviões de maior porte, para sabermos como é que podemos fazer o mapeamento, de modo que o avião que sirva para fazer as ligações, por exemplo, entre São Tomé e Angóla, Gabão ou Nigéria possa servir também para fazer ligações com Príncipe, para não termos dois aparelhos diferentes, duas tripulações diferentes, duas formações diferentes. E sabemos que nenhum aparelho pode ser sustentável, se só estiver a fazer ligação com o Príncipe. Pedimos esse estudo a duas entidades e uma delas é nosso parceiro na STP Airways que é a EuroAtlantic. Esses estudos são técnicos, extremamente complicados. Temos previsto uma deslocação a um país construtor de avião, Brasil, para ver se com esse estudo, com o apoio técnico e com esse mapeamento conseguimos um rácio económico que permita pelo menos duas aeronaves que garantam a continuidade, a segurança e o conforto, sobretudo. Mau tempo existe, todas as pessoas passam por isso, mas se os aviões são seguros, o INAC tem essa responsabilidade, para ver se resolvemos o problema.

Estamos a trabalhar nisso, estamos a informar e a dar todos os detalhes, mas temos que chegar a uma conclusão, porque hoje no sector aéreo não existe praticamente nenhuma companhia estatal. Todas as companhias são privadas, o Estado dá o direito, rotas, dá todo o tipo de apoio, mas as companhias aéreas hoje são companhias privadas. As que são estatais têm vindo a morrer, porque de facto não é competência do Estado gerir companhias aéreas, que são extremamente delicadas em termos de gestão.

Quanto à questão de barcos, é um pouco a mesma coisa e o Sr. Deputado disse que a ligação com o Príncipe é uma ligação que tem custos. E quando a ligação tem custos, tais como os aviões, põe-se o problema, primeiro, dos equipamentos e, se se investir, em termos de capital, em equipamentos novos, como é que se paga? E se se investir em equipamentos velhos, como é que se mantém? E é a situação que temos. Um barco novo, ao ser investido só para fazer a rota para o Príncipe, não se consegue pagar. Um barco velho, os custos, como disse o Sr. Deputado, febre, tifóide ou outra coisa qualquer, não se consegue também. Então, é quase a mesma situação. Um só navio mais ou menos bom para o Príncipe, terá que ir a Lomé, Duala e a outros sítios, para ser rentabilizado. Um navio só provavelmente não chega, porque quando vai para Lomé, terá que ficar à espera para carregar e para que as pessoas façam as compras e não sei quantos, a ligação com Príncipe não é segurada.

Noutros capítulos, estamos a trabalhar e uma das opções é também cooperar com um país vizinho, para ver se com mais navios conseguimos. É por isso que certas coisas têm que ser discutidas em Comissão, porque não convém também dizer tudo aqui. Nas Comissões Especializadas pode-se entrar mais em detalhe. Mas também o Ministro encarregue do Sector de Transportes poderá dizer aos Deputados, em Comissão, quais são as várias opções que estamos a fazer para, no mesmo sistema, usar um pouco mais de equipamentos com ligação a outros países, com um calendário e um mapa, para que o Príncipe não fique mais que 3 dias sem um barco em condições.

São estas as questões, volto a dizer que não é fácil, é uma luta, mas quero garantir também que se houver uma situação de rotura grave, o Estado tem a obrigação de agir, fretar um avião num outro país ou fazer uma outra coisa qualquer, pois é para isso que existem sempre fundos disponíveis para casos de emergências.

Sr. Deputado, é tudo que posso trazer agora para responder às suas preocupações.

O Sr. Presidente:— Obrigado Sr. Ministro por essa intervenção.

Não havendo mais intervenções, está suspensa a sessão por hoje e a amanhã retomaremos às 9 horas e 30 minutos, como iniciamos hoje, para voltar a debater, na generalidade, as GOP e o OGE.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 35 minutos.